



26 DE JANEIRO DE 2018

Sexta-feira

- CONFEDERAÇÃO VAI AO SUPREMO POR MUDANÇA EM CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
- MARCOS JORGE DE LIMA DESTACA PROGRAMAS DO MDIC PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO
- GT DE REGULAÇÃO DA CAMEX REÚNE-SE PARA DEFINIR CALENDÁRIO PARA 1ª AGENDA REGULATÓRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
- PRAZO PARA REGULARIZAR MEI TERMINA NESTA SEXTA; SAIBA O QUE FAZER
- CMN PERMITE QUE MICROEMPREENDEDOR ABRA E ENCERRE CONTAS POR MEIO ELETRÔNICO
- FAZENDA: CMN APROVA RESOLUÇÃO PARA DEFINIR TAXA EFETIVA DE JUROS DO FIES
- MAIS DA METADE DAS EMPRESAS FEDERAIS AINDA NÃO CUMPRE A LEI DAS ESTATAIS
- 1,96% DOS CHEQUES MOVIMENTADOS EM 2017 FORAM DEVOLVIDOS POR FALTA DE FUNDOS
- BRASIL FECHA 20,8 MIL POSTOS FORMAIS DE TRABALHO EM 2017, DIZ GOVERNO
- CAGED MOSTRA FECHAMENTO DE VAGAS DE EMPREGO EM DEZEMBRO E EM 2017 NO PAÍS
- QUEDA DO EMPREGO EM 2017 NO CAGED FOI LIDERADA PELA CONSTRUÇÃO CIVIL
- RIO E SP PUXAM CORTES E CIDADES PEQUENAS CRIAM EMPREGOS EM 2017
- MINISTÉRIO DO TRABALHO AVALIA QUE TENDÊNCIA DE QUEDA DO EMPREGO PASSOU
- ACORDOS PARA TERMINAR AÇÕES TRABALHISTAS TÊM PICO
- INCERTEZA COM ELEIÇÕES DEVE IMPACTAR CRESCIMENTO DO BRASIL, DIZ FMI

- GOVERNO NÃO CONSIDERA ALTA DE IMPOSTO NO MOMENTO, DIZ MEIRELLES NA SUÍÇA
- BRASIL AINDA TEM ABERTURA INCIPIENTE AO MERCADO GLOBAL
- CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO INDICA EM JANEIRO RETOMADA DO EMPREGO, DIZ FGV
- ARGENTINA ANTECIPA MULTA DAS MONTADORAS BRASILEIRAS
- MERCEDES TRAZ E 300 CABRIOLET AO BRASIL
- VW TRUCK & BUS COMEMORA ALTA DE 12% EM 2017

CÂMBIO		
EM 26/01/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,135	3,135
Euro	3,899	3,901

Fonte: BACEN

Confederação vai ao Supremo por mudança em contribuição sindical

26/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5865 contra dispositivos da Reforma Trabalhista, introduzidos pela Lei 13.467/2017, que tornam facultativa a contribuição sindical e dispõem sobre seu recolhimento. De acordo com a entidade, a contribuição 'tem natureza tributária, cujo pagamento não pode ocorrer por livre deliberação do contribuinte'. As informações foram divulgadas no site do Supremo.

A Confederação pede liminar para suspender a eficácia de parte dos artigos 1º e 5º da Lei 13.467/2017, que alteraram os artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587, 602, 611-B (inciso XXVI) e revogaram os artigos 601 e 604, todos da CLT. No mérito, pede a declaração de inconstitucionalidade das normas.

O processo foi distribuído, por prevenção, para o ministro Edson Fachin, relator das outras ADIs questionando a alteração.

A Confederação argumenta que a contribuição sindical está prevista no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal e a alteração de seu caráter tributário na Lei 13.467/2017, 'na prática, acarretou sua extinção material, sem que a matéria tenha sido submetida ao quórum necessário para a aprovação de emendas constitucionais'.

"O legislador ordinário, por via transversa, subverteu por completo a natureza tributária (da contribuição) ao conferir inconstitucional facultatividade ao contribuinte", destaca a ação.

A entidade aponta a 'existência de precedentes em que o STF reconhece o caráter tributário da contribuição e, por ser autoaplicável, sua incidência em relação aos servidores públicos independe de previsão legal neste sentido'.

A Confederação alega, ainda, que o novo formato de recolhimento – mediante autorização expressa do trabalhador – 'institui regras que limitam o poder de tributar, criando o que classifica de uma modalidade de exclusão do crédito tributário, o que só poderia ser feito por meio de lei complementar'.

A Confederação dos servidores também destaca que, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 'os recursos arrecadados com a contribuição sindical devem ser aplicados em benefício da categoria ou do grupo econômico a que for destinado, e não em proveito exclusivo dos que optarem pelo pagamento'.

De acordo com a entidade, 'com a nova forma de cobrança, alguns serviços prestados pelos sindicatos de trabalhadores, como a assistência jurídica, que abrange até mesmo aos não sindicalizados, estará comprometida'.

Marcos Jorge de Lima destaca programas do MDIC para retomada do crescimento

26/01/2018 – Fonte: MDIC



Ministro participou da inauguração das novas instalações do Senai de Rondonópolis; Marcos Jorge também se reuniu com governador Pedro Taques e representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas em Cuiabá

Em agenda oficial em Mato Grosso, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, destacou, a uma plateia formada por autoridades do estado, empresários e alunos do Senai, programas do MDIC para a retomada do crescimento econômico.

Ele, participou, nesta quinta, ao lado do governador do estado, Pedro Taques, da cerimônia de inauguração das novas instalações do Senai de Rondonópolis. Localizada a 220 quilômetros de Cuiabá, a cidade tem o segundo maior PIB do Mato Grosso.

"O MDIC lançou aqui no estado, em maio de 2016, o Plano Nacional da Cultura Exportadora. Já foram realizadas 43 ações, o que contribuiu para que, no ano passado, 80 empresas do Mato Grosso exportassem pela primeira vez", disse.

Outro importante programa do MDIC em funcionamento em Mato Grosso é o Brasil Mais Produtivo (B+P). O B+P visa aumentar a produtividade dos processos produtivos, com a promoção de melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto.

"Já atendemos 139 empresas dos segmentos de alimentos e bebidas, metalmeccânico, moveleiro e de vestuários e calçados. Houve 49,2% de aumento de produtividade", afirmou.

Marcos Jorge destacou ainda a importância das novas instalações do Senai da cidade para o desenvolvimento do setor produtivo do município. Ele assinou, como testemunha, o termo de cooperação técnica entre a secretaria do Educação, Esporte e Lazer do estado e o Senai.

A unidade do Senai em Rondonópolis ganhou 14 novos laboratórios: Automação Industrial; Mecatrônica Industrial; Instrumentação e Controle; Eletricidade; Comandos elétricos; Hidráulica e Pneumática; Controle Lógico Programável; Controle Lógico Programável; Eletrônica analógica; Eletrônica de potência; Eletrônica digital e microprocessadores; Informática e microprocessadores; Medidas elétricas; Controle de redes industriais; e Controle Lógico Programável. Com isso, o sistema passa a ter 50 ambientes de ensino - 22 salas de aula, 27 laboratórios e uma biblioteca.

Na mesma cerimônia, foram realizadas as posses das novas diretorias de três sindicatos patronais da região sul do Estado: Sindimec Sul MT (Sindicato Intermunicipal das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico), Siar Sul MT (Sindicato das Indústrias de Alimentação) e Sinduscon Sul MT (Sindicato das Indústrias da Construção).

Câmara de Dirigentes Lojistas

De tarde, Marcos Jorge se reuniu com o governador Pedro Taques e o secretário de Trabalho e Desenvolvimento Econômico do estado, Carlos Avalone, e cerca de 30 representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá. O ministro estava acompanhado do secretário especial de Micro e Pequenas Empresas, José Ricardo da Veiga.

Na reunião foram debatidas medidas para incentivar às micro e pequenas empresas. Como destacou o ministro, o governo tem avançado em questões importantes para a retomada da economia. "O presidente Michel Temer está tratando da simplificação tributária e das reformas trabalhista e previdenciária. E já temos colhido resultados positivos: teremos um PIB de cerca de 1% em 2017, depois de um resultado de quase -4% em 2016", disse.

Ele lembrou do decreto assinado pelo presidente em agosto de 2017 que reconheceu o setor supermercadista como atividade essencial da economia. Com o novo status, que atualiza uma legislação da década de 1940, o setor passou a contar com instrumentos jurídicos adicionais para negociar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e feriados, em todo o Brasil.

Marcos Jorge também falou aos representantes do setor comercial do estado das diversas medidas adotadas pelo Ministério para desburocratizar o ambiente de negócios, como as novas funcionalidades do Portal Único de Comércio Exterior e do Siscoserv, sistema do MDIC voltado para o aprimoramento das políticas públicas e orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis.

Tratou também dos esforços para modernizar o regime das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e para que a ZPE de Cáceres (MT) seja efetivamente implantada.

O ministro lembrou ainda da semana nacional do crédito, que aconteceu em outubro do ano passado. "Nós registramos um aumento de 30% no volume de concessão de crédito que no mês anterior. Um dos problemas é que informação, às vezes, não chega a quem precisa e há excesso de burocracia. O MDIC está atento a essas questões", finalizou.

Veiga destacou que as micro e pequenas empresas geraram cerca de 500 mil empregos no ano passado. O secretário citou as melhorias feitas no Portal do Empreendedor, que facilitaram a emissão de boletos e formalização dos microempreendedores individuais (MEI). O portal tem cerca de dois milhões de acesso por mês.

Balança comercial

Rondonópolis é o segundo principal exportador de Mato Grosso e o primeiro no ranking de importações do estado.

Em 2017, as vendas externas do município somaram US\$ 1,02 bilhões. Entre os principais produtos exportados estão tortas e resíduos sólidos obtidos da extração do óleo de soja (US\$ 726,5 milhões), soja em grãos (US\$ 110,3 milhões), milho em grãos (US\$ 58,1 milhões), algodão (US\$ 51,3 milhões) e carne bovina (US\$ 40,8 milhões).

O principal destino é a Indonésia, que responde por 27% das vendas externas da cidade seguida por Tailândia (22%), China (11%), Holanda (8,5%) e Vietnã (3,2%).

As importações de Rondonópolis somaram, no ano passado, US\$ 668 milhões. O município compra, principalmente, adubos e fertilizantes, usados na produção agrícola.

GT de Regulação da Camex reúne-se para definir calendário para 1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior

26/01/2018 – Fonte: MDIC



Foi a quinta reunião do Grupo de Trabalho que definiu os passos necessários para a elaboração da 1ª Agenda regulatória de Comércio Exterior

Foi realizada nesta quinta-feira, em Brasília, a 5ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Regulação da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que reuniu 42 representantes de órgãos de Governo e do setor privado.

No encontro, foram celebradas entregas em 2017, como a aprovação da Resolução nº 45/17 para elaboração e revisão de regulamentos do Mercosul; os treinamentos sobre boas práticas regulatórias (GRPs), além da finalização da consulta interna aos ministérios e agências sobre GRPs. Também foram traçadas as metas para 2018, entre elas, os passos necessários para a elaboração da [1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018/2019](#).

A Secretaria-Executiva da Camex definiu novos prazos para a entrega da agenda, que, a pedido de representantes do setor privado brasileiro, ficará em consulta pública até 31 de janeiro. A expectativa é de publicação da agenda entre março e abril deste ano.

A 1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior do Brasil será um instrumento de monitoramento das boas práticas regulatórias em temas estratégicos, que serão acompanhados pela Camex no próximo biênio. A agenda será dividida em oito eixos:

(1) Aduana, procedimentos de comércio exterior e facilitação de comércio, (2) Regulamentos técnicos e sanitários (3) Produtos da base industrial de defesa, bens sensíveis e controle de produtos químicos (4) Financiamento e garantias, (5) Defesa comercial, (6) Zonas de Processamento de Exportação, (7), Transporte e logística e (8) Serviços e Compras públicas.

O GT também destacou que, ao longo de 2018, o colegiado dará seguimento às videoconferências com os EUA e aos treinamentos sobre coerência regulatória aos ministérios e órgãos federais solicitantes, em parceria com a Casa Civil.

O [GT Regulação](#) foi criado em março de 2017 com o objetivo de ampliar a troca de experiências sobre boas práticas regulatórias entre os órgãos de governo e contribuir para o aperfeiçoamento da regulação de comércio exterior no Brasil. Participam do Grupo membros de 28 órgãos federais, entre eles: Casa Civil; MRE, MF; PR; SAE; MAPA; MPDG; MS, MD; MCTIC; Ministério da Transparência (CGU); MDIC, SE-CAMEX; APEX, além de todas as agências reguladoras e, mais recentemente, os órgãos de controle (AGU, TCU e CGU).

Prazo para regularizar MEI termina nesta sexta; saiba o que fazer

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Marcelo Fonseca - 25.fev.2014/Folhapress



MEI tem até esta sexta para regularizar situação junto à Receita

Os MEIs (microempreendedores individuais) com CNPJ suspenso têm até as 23h59 deste sexta-feira (26) para regularizar suas pendências junto à Receita Federal. Dos 7,7 milhões de MEIs registrados, cerca de 18% estão com o CNPJ suspenso.

Após o prazo, quem não acertar sua situação terá o CNPJ cancelado definitivamente. A baixa não poderá ser revertida, e os débitos migrarão automaticamente para o CPF vinculado. Para continuar a exercer alguma atividade econômica formalmente, o MEI precisará tirar novo CNPJ.

A listagem com os CNPJs suspensos está disponível no Portal do Empreendedor, onde é possível fazer a busca pelo CNPJ ou pelo CPF.

Foram suspensos os CNPJs de MEIs que não fizeram nenhum pagamento do imposto referente aos períodos de 2015, 2016 e 2017 e não entregaram nenhuma declaração anual (DASN-SIMEI) referentes aos anos de 2015 e 2016.

Se fizer um dos pagamentos pendentes ou entregar alguma das declarações atrasadas até esta sexta, o empreendedor já consegue evitar o cancelamento.

Para se regularizar, o MEI pode solicitar o parcelamento dos seus débitos em até 60 meses.

A partir deste ano, se enquadram como MEI empresas com faturamento de até R\$ 81 mil por ano —antes, o teto era de R\$ 60 mil.

NOVIDADES

Os MEIs poderão abrir e encerrar contas de depósito por meio eletrônico, de acordo com resolução aprovada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) nesta quinta-feira (25).

Até então, essa possibilidade era restrita a pessoas físicas.

"A mudança representa um novo avanço, seguro e gradual, no processo de digitalização dos serviços financeiros ofertados pelas instituições financeiras. Além disso, contribui com os esforços integrados dos diversos órgãos federais de criar

condições mais propícias ao desenvolvimento das atividades dos MEIs", afirmou o Banco Central em comunicado.

O CMN aprovou também resolução que sobre a constituição e o funcionamento das ouvidorias.

Os bancos, sociedades de crédito, financiamento e investimento têm até 1º de julho deste ano para "implementar instrumento de avaliação pelo próprio cliente da qualidade do atendimento prestado pelas ouvidorias", explicou o BC.

Os dados relativos a essa avaliação serão usados como um dos indicadores que compõem o "Ranking de Qualidade de Ouvidorias", criado recentemente para prestar informações ao público sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

"Além disso, deverão integrar as informações que as instituições financeiras estão obrigadas a divulgar semestralmente em suas páginas na internet" acrescentou o BC.

CMN permite que microempreendedor abra e encerre contas por meio eletrônico

26/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Central informou nesta quinta-feira, 25, por meio de nota, que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 4.630, que estende ao microempreendedor individual (MEI) a possibilidade de abertura e encerramento de conta de depósitos por meio eletrônico. Até esta data, a possibilidade era restrita às contas de depósitos de pessoas físicas.

"A mudança representa um novo avanço, seguro e gradual, no processo de digitalização dos serviços financeiros ofertados pelas instituições financeiras. Além disso, contribui com os esforços integrados dos diversos órgãos federais de criar condições mais propícias ao desenvolvimento das atividades dos MEIs", disse o BC.

Ouvidorias

O BC informou também que o CMN aprovou a Resolução nº 4.629, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento das ouvidorias. Conforme o BC, "a medida determina que, até 1º de julho de 2018, os bancos comerciais, os bancos múltiplos, os bancos de investimento, as caixas econômicas e as sociedades de crédito, financiamento e investimento deverão implementar instrumento de avaliação pelo próprio cliente da qualidade do atendimento prestado pelas ouvidorias".

A nota informa ainda que os dados relativos a essa avaliação serão usados como um dos indicadores que compõem o "Ranking de Qualidade de Ouvidorias", criado recentemente para prestar informações qualitativas ao público sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras. "Além disso, deverão integrar as informações que as instituições financeiras estão obrigadas a divulgar semestralmente em suas páginas na internet", acrescentou o BC, em nota.

Fazenda: CMN aprova resolução para definir taxa efetiva de juros do Fies

26/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério da Fazenda informou nesta quinta-feira, 25, por meio de nota, que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 4.628, que define a taxa efetiva de juros dos empréstimos do Fies – programa de financiamento estudantil – contratados a partir do primeiro semestre de 2018.

“O CMN aprovou em reunião ordinária realizada hoje resolução para definir que a taxa efetiva de juros incidente sobre os contratos de financiamento do Fies em questão será equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e terá capitalização anual”, disse a Fazenda na nota.

O Ministério também lembrou, na nota, que o Fies/Modalidade 1 vai abarcar estudantes com renda familiar mensal bruta per capita de até três salários mínimos. Estes financiamentos terão taxa de juros real (descontada a inflação) igual a zero.

Além disso, os financiamentos serão garantidos pelo novo Fundo Garantidor, o FG-Fies. “Na amortização dos financiamentos, prevê-se retenção na fonte de renda do financiado para reduzir o risco de inadimplência”, informou a Pasta.

Mais da metade das empresas federais ainda não cumpre a Lei das Estatais

26/01/2018 – Fonte: Tribuna PR

Um ano e meio após a sanção da Lei das Estatais – criada para dar um caráter mais técnico às administrações de empresas públicas –, mais da metade ainda não cumpre a legislação. O prazo para que elas ajustem seus estatutos às novas regras termina no dia 30 de julho. Das 147 estatais da União, 84 não aprovaram as mudanças que tentam barrar ingerência política. O levantamento, obtido pelo **Estadão/Broadcast**, foi feito pelo Ministério do Planejamento.

A Lei das Estatais foi uma das primeiras sancionadas pelo presidente Michel Temer, que defendeu a necessidade de “sanear” empresas públicas após uma série de escândalos sobre desvios de recursos e ingerência política, embora diversas legendas aliadas do governo, incluindo o próprio partido do presidente (MDB), façam indicações políticas para cargos de alto escalão.

A lei proíbe, por exemplo, indicação de dirigentes políticos e de parlamentares (mesmo licenciados) a cargos de presidente, diretor e membro de conselho de administração de estatais. Também estabelece regras para o funcionamento de comitês e conselhos, com o objetivo de melhorar as práticas dentro das companhias.

Apesar das exigências técnicas, não existe uma regra específica para barrar a indicação de pessoas ligadas a políticos, mas que não sejam parentes ou não tenham relação formal com partidos. “A lei estabelece claramente os critérios positivos e negativos. Se a pessoa entra naqueles critérios, ela é apta a exercer o cargo, independentemente da indicação política”, diz o secretário de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares.

Segundo ele, a determinação no governo é buscar pessoas qualificadas, mas não se pode correr o risco de “demonizar” a política. O secretário lembrou ainda que o governo é “dono” da estatal e pode fazer indicações, assim como um controlador de uma empresa privada.

Das 147 empresas estatais do governo federal, 63 já fizeram as mudanças necessárias, entre elas BNDES, Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil e, mais recentemente, Caixa.

O banco estatal se adequou à Lei das Estatais dias depois de ter afastado quatro vice-presidentes por suspeitas de irregularidades (um acabou sendo reconduzido). Dos 12 vices da Caixa, apenas um não era indicado de partidos políticos.

Os gestores indicados antes da vigência da lei não precisam ser destituídos. Mas o secretário garante que os critérios técnicos serão cobrados na renovação dos mandatos, impedindo reconduções de quem não tem as competências exigidas. “Isso

(manutenção do cargo) não é um problema. Pode falar que é um problema político e técnico, mas não é jurídico. Não é nenhuma ilegalidade. Ele tem direito a cumprir aquele mandato. Vai renovar? Não”, diz.

Entre as 84 que faltam, estão os Correios. Em grave dificuldade financeira e com um histórico de interferência política, a empresa já aprovou internamente o novo estatuto e deve apreciá-lo em assembleia-geral no dia 30 deste mês. A estatal informou que adotou medidas de forma antecipada, entre elas a inclusão dos requisitos e vedações para administradores e conselheiros.

Quem não cumprir o calendário estará sujeito à fiscalização dos órgãos controladores a partir de 1.º de julho.

1,96% dos cheques movimentados em 2017 foram devolvidos por falta de fundos

26/01/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

A parcela de cheques devolvidos (segunda devolução por falta de fundos) em relação ao total de cheques movimentados em 2017 ficou em 1,96%, aponta a Boa Vista SCPC. O número representa uma queda de 0,34 ponto porcentual em relação aos 2,30% registrados no ano de 2016.

Em termos absolutos, 9,88 milhões de cheques foram devolvidos em 2017, muito abaixo dos 13,54 milhões retornados no ano anterior, o que representa uma queda de 27,03%. Em relação ao total de cheques movimentados no ano passado, houve uma queda de 14,57% na comparação anual, passando de 589,94 milhões em 2016, para 503,93 milhões em 2017.

Em dezembro, a proporção de cheques devolvidos ficou em 1,92%, ligeiramente acima do 1,90% registrado em novembro. A Boa Vista SCPC atribuiu o avanço a uma “queda mais acentuada na quantidade de cheques movimentados (-1,6%) em comparação aos cheques devolvidos (-0,4%)”.

Brasil fecha 20,8 mil postos formais de trabalho em 2017, diz governo

26/01/2018 – Fonte: G1

Foi o terceiro ano consecutivo em que o número de demissões superou o de criação de vagas com carteira assinada no país. Apesar de negativo, resultado foi o melhor desde 2014.

A economia brasileira fechou no ano passado **20.832 postos de trabalho formais**, ou seja, com carteira assinada, informou nesta sexta-feira (26) o Ministério do Trabalho.

Esse foi o terceiro ano consecutivo com perda de vagas formais. Entre 2015 e 2017, o país fechou um total de **2,88 milhões de postos**.

Apesar disso, o resultado do ano passado foi o melhor em três anos, ou seja, desde 2014 - quando foram criadas 420,69 mil vagas de trabalho.

O saldo negativo de 20.832 postos registrados em 2017 é a diferença entre as contratações (**14.635.899**) e as de demissões (**14.656.731**) e tem como base o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Emprego no Brasil

Diferença entre contratações e demissões, em milhões de vagas

"Para os padrões do Caged, esta redução em 2017 é equivalente à estabilidade do nível de emprego, confirmando os bons números do mercado na maioria dos meses do ano passado e apontando para um cenário otimista neste ano que está começando", declarou o ministro do Trabalho substituto, Helton Yomura, por meio de nota à imprensa.

Com o corte de vagas em 2017, o Brasil fechou o ano com um estoque de 38,29 milhões de empregos formais existentes. Esse é o estoque mais baixo desde o final de 2011, quando 38,25 milhões de pessoas ocupavam empregos com carteira assinada no país

Ao final de 2016, o Brasil tinha 38,32 milhões de pessoas trabalhando com carteira assinada.

Somente em dezembro de 2017, as demissões superaram as contratações em **328.539 vagas** com carteira assinada. O fechamento de postos foi menor que o registrado no mesmo mês de 2016, quando 462.366 pessoas perderam o emprego.

Dezembro é tradicionalmente um mês que registra demissões. Apesar da queda, foi o melhor dezembro desde 2007 (-319.414 vagas fechadas).

Mercado demite mais mulheres

Os números do Caged mostram que as mulheres foram mais atingidas pelo desemprego no ano passado: o número de demissão de mulheres superou o de contratações em **42.526 postos**.

Já para os homens, o resultado ficou positivo no ano passado: foram **21.694 vagas** abertas a mais do que fechadas.

De acordo com Mário Magalhães, do Ministério do Trabalho, o resultado está relacionado com a recuperação mais acelerada, em 2017, de setores da economia que "tipicamente" criam postos para homens, como é o caso da agricultura e repositor de mercadorias.

"Quando você olha as ocupações, aquelas mais tipicamente masculinas preponderam em 2017. Enquanto que, na crise, você tinha as mulheres com saldo negativo, mas bem menos negativo do que os homens, agora as ocupações dos homens estão se recuperando mais", disse Magalhães.

O Ministério do Trabalho também divulgou dados de contratações e demissões por raça e cor em todo ano de 2017. Nesse caso, a análise é feita com base na "autodeclaração" de cada trabalhador.

De acordo com os números, os trabalhadores que se declaram como brancos perderam 322.669 postos de trabalho no ano passado. Os de raça amarela, -12.093 e, os que se declaram indígenas, -2.225 postos.

Entre as vagas criadas, o maior número foi para trabalhadores que não declararam raça ou cor (+225.862). Para trabalhadores que se declararam como pretos ou pardos, o número de contratações superou o de demissões em +30.654 e +59.639 postos no ano passado.

Ano de 2017 por setores

De acordo com os números do governo, cinco dos oito setores da economia fecharam vagas no ano passado. O setor de construção civil foi o que mais cortou postos: -103,9 mil.

Já o comércio foi o que mais abriu vagas de emprego. Ao longo de 2017, o setor contratou, com carteira assinada, 40 mil pessoas a mais do que demitiu.

Setores que fecharam vagas:

- Construção civil: -103.968 postos
- Indústria de transformação: -19.900 empregos
- Indústria extrativa mineral: -5.868 postos formais
- Serviços Industriais de Utilidade Pública: -4.557 vagas
- Administração pública: -575 empregos

Setores que abriram vagas:

- Comércio: +40.087 vagas formais
- Agropecuária: +37.004 vagas
- Serviços: +36.945 empregos

Regiões do país

De acordo com o Ministério do Trabalho, três das cinco regiões do país registraram mais demissões do que contratações no ano passado. O Sudeste liderou no fechamento de vagas: -76,6 mil.

Já o Centro-Oeste, fortemente marcado pela produção agrícola, foi a região que mais abriu postos formais de trabalho em 2017. Foram 36,8 mil contratações acima do número de demissões. Veja abaixo os números por região:

Regiões de fecharam vagas:

- Região Sudeste: -76.600 vagas
- Região Nordeste: -14.424 vagas
- Região Norte: -26 vagas

Regiões que criaram vagas:

- Região Centro-Oeste: +36.823 vagas
- Região Sul: +33.395 vagas

Escolaridade e faixa etária

Os números do Caged também apontam que o desemprego atinge mais os trabalhadores com escolaridade mais baixa. A maior parte dos postos fechados no ano passado era ocupada por trabalhadores com ensino fundamental incompleto (-188.877) e ensino fundamental completo (-139.546).

Para quem tem ensino médio completo, superior incompleto e superior completo, houve abertura de vagas em 2017. Veja abaixo os números

- Analfabeto: -800 vagas
- Fundamental incompleto: -188.877 vagas
- Fundamental completo: -139.546 vagas
- Médio incompleto: -54.163 vagas
- Médio completo: +302.946 vagas
- Superior incompleto: +24.201 vagas
- Superior completo: +35.406 vagas

"Há uma oferta de emprego muito grande para pessoas qualificadas, que possivelmente estão aceitando postos abaixo de sua qualificação. Isso ainda está ocorrendo. É normal do mercado quando o desemprego é muito alto e está começando a gerar empregos", declarou Mário Magalhães, do Ministério do Trabalho.

Os números do Caged apontam ainda que a maior parte das vagas de trabalho abertas no ano passado foi para trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos (+652.734). E que a principal faixa etária atingida pela demissão foi a dos trabalhadores entre 50 e 64 anos. Veja os números:

- Até 17 anos: +171.185 vagas
- 18 a 24 anos: +652.734 vagas

- 25 a 29 anos: -4.994 vagas
- 30 a 39 anos: -187.546 vagas
- 40 a 49 anos: -206.624 vagas
- 50 a 64 anos: -379.930 vagas
- 65 ou mais: -65.656 vagas

Caged mostra fechamento de vagas de emprego em dezembro e em 2017 no País

26/01/2018 – Fonte: Tribuna/PR

O Brasil encerrou o mês de dezembro com o fechamento de 328.539 vagas de emprego formal em dezembro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta sexta-feira, 26, pelo Ministério do Trabalho. Esse é o segundo mês seguido de fechamento de vagas. Com o número, o ano de 2017 encerrou com fechamento líquido de 20.832 vagas.

Os número são semelhantes aos antecipados no início da semana pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Na ocasião, a reportagem citou que o mês teria fechamento de 328,5 mil vagas em dezembro e fechamento de 28,8 mil postos com carteira assinada no ano.

O dado divulgado na manhã desta sexta inclui contratos firmados já sob as novas modalidades previstas na reforma trabalhista, como a jornada intermitente e a jornada parcial. As regras começaram a vigorar em novembro do ano passado.

O resultado de dezembro veio acima das estimativas de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que esperavam entre o fechamento de 460 mil a 351 mil vagas no mês. Para o ano, o mercado previa entre o fechamento de 255 mil postos à abertura de 146 mil empregos no ano.

Setores

O resultado mensal negativo foi puxado pela indústria da transformação, que fechou 110.255 postos formais em dezembro. Também tiveram desempenhos negativos os setores de construção civil (-52.157), agropecuária (-44.339), serviços (-107.535), administração pública (-16.400), indústria extrativa mineral (-2.330) e os serviços de utilidade pública (-1.808).

O único setor com geração de vagas foi o comércio, que abriu 6.285 postos em dezembro.

Trabalho intermitente

Os dados do Caged divulgados pelo Ministério do Trabalho indicam que o mês de dezembro terminou com 2.574 admissões de trabalhadores com contrato intermitente, enquanto houve fechamento de 1.004 vagas pelo sistema de jornada parcial.

O Caged informou ainda que houve 5.841 desligamentos por acordo no mês de dezembro.

Queda do emprego em 2017 no Caged foi liderada pela construção civil

26/01/2018 – Fonte: Tribuna/PR

O fechamento de vagas de emprego com carteira assinada no ano de 2017 foi liderado pelo setor da construção civil, que fechou 103.968 postos formais no acumulado do ano. As informações fazem parte dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta sexta-feira, 26, pelo Ministério do Trabalho.

Também tiveram desempenhos negativos a indústria de transformação (-19.900 vagas), setor extrativo mineral (-5.868) e serviços industriais de utilidade pública (-4.557), além da administração pública (-575).

Por outro lado, três setores encerraram o ano com saldo positivo na geração de empregos: o comércio teve contratação líquida de 40.087 empregados, a agropecuária registrou 37.004 novos empregos formais e os serviços abriram 36.945 postos no acumulado do ano passado.

Em 2016, todos os oito setores da economia detalhados pelo Caged haviam registrado fechamento de empregos.

Rio e SP puxam cortes e cidades pequenas criam empregos em 2017

26/01/2018 – Fonte: R7

Rio de Janeiro é o município demitiu 55,5 mil pessoas a mais que contratou no ano passado. Joinville, na contramão, teve melhor saldo do ano



Capital paulista fechou quase 15 mil vagas de trabalho formais em 2017 Paulo Whitaker/Reuters - 09.01.2018

Doze das 20 cidades que mais fecharam vagas de trabalho no ano passado são capitais, de acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados nesta sexta-feira (26).

Por outro lado, as cidades médias e pequenas se destacaram na criação de empregos com carteira assinada em 2017.

O Rio de Janeiro é a cidade brasileira que mais cortou empregos com carteira de trabalho assinada no ano passado. Entre janeiro e dezembro de 2017, a capital fluminense extinguiu nada menos que 55.527 vagas de emprego.

Na segunda posição, aparece São Paulo, onde 14,6 mil postos de trabalho formais foram extintos. Porto Alegre (RS) completa esse "pódio", com 9.607 postos a menos no ano passado.

Por outro lado, Joinville (SC) é a cidade do país que mais criou vagas formais no ano passado.

O saldo foi de 5.588 postos com carteira assinada entre janeiro e dezembro. Aparecida de Goiânia (GO) aparece na segunda posição, com 4.342 admissões a mais que demissões no ano. Bebedouro (SP) é o terceiro colocado no ranking, com 4.203 postos de trabalho.

Entre as 20 primeiras cidades que mais admitiram trabalhadores que demitiram, há apenas quatro capitais: Goiânia (GO), São Luís (MA), Boa Vista (RR) e Teresina (PI).



Veja as cidades que mais fecharam vagas de emprego formal em 2017

Capitais encabeçaram o corte de postos de trabalho

1	Rio de Janeiro (RJ)	-55.527
2	São Paulo (SP)	-14.621
3	Porto Alegre (RS)	-9.607
4	Macaé (RJ)	-8.904
5	Duque de Caxias (RJ)	-8.329
6	Curitiba (PR)	-7.920
7	Canaã dos Carajas (PA)	-5.909
8	Recife (PE)	-5.464
9	Lauro de Freitas (BA)	-5.361
10	Osasco (SP)	-5.173
11	Niterói (RJ)	-4.985
12	Três Lagoas (MG)	-3.926
13	Altamira (PA)	-3.890
14	Fortaleza (CE)	-3.698
15	Salvador (BA)	-3.696
16	Florianópolis (SC)	-3.694
17	Nova Iguaçu (RJ)	-3.478
18	Campo Grande (MS)	-3.135
19	Belo Horizonte (MG)	-3.099
20	Maceió (AL)	-3.041

Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)



Veja as cidades que mais criaram postos de trabalho formais em 2017

Municípios médios e pequenos se destacam. Só há 4 capitais entre os 20 primeiros

1	Joinville (SC)	5.588
2	Aparecida de Goiânia (GO)	4.342
3	Bebedouro (SP)	4.203
4	Goiânia (GO)	3.880
5	São Luís (MA)	2.636
6	São José (SC)	2.517
7	Matão (SP)	2.470
8	Uberlândia (MG)	2.175
9	Marabá (PA)	2.147
10	Boa Vista (RR)	2.145
11	São José do Rio Preto (SP)	2.120
12	Pato Branco (PR)	2.119
13	Votuporanga (SP)	2.081
14	Pirassununga (SP)	2.079
15	Colômbia (SP)	1.949
16	Itaquaquecetuba (SP)	1.911
17	Resende (RJ)	1.838
18	Patos de Minas (MG)	1.791
19	Boituva (SP)	1.764
20	Teresina (PI)	1.708

Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

Ministério do Trabalho avalia que tendência de queda do emprego passou

26/01/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os novos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) confirmaram o terceiro ano consecutivo de fechamento de empregos formais no Brasil, mas com ritmo bem menos intenso e bem próximo da estabilidade. No acumulado de 2015 a 2017, o indicador registrou o encerramento de 2,88 milhões de vagas com carteira assinada.

“A tendência de queda do emprego passou. Interrompemos a queda. Agora, o próximo passo é procurar crescer o emprego”, disse o coordenador-geral de Estatísticas do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães.

Ao divulgar os dados, o coordenador-geral de estatísticas comemorou o ritmo menos intenso do fechamento de vagas.

“O fechamento de 20,8 mil vagas no ano passado significa, em termos estatísticos, a estabilidade do emprego”, disse em entrevista. Em 2015, o Brasil perdeu 1,53 milhão de vagas e, no ano seguinte, 1,32 milhão de postos.

Para o técnico, o ano terminou com dado próximo à estabilidade após um dado melhor que o esperado do mês de dezembro, quando foram destruídos 328,5 mil empregos. Um ano antes, em dezembro de 2016, o Brasil havia perdido 478,1 mil vagas de trabalho.

Mário Magalhães explicou que, normalmente, o mês de dezembro tem demissões. Ainda que haja contratações no setor de serviços, todos os outros segmentos costumam registrar demissões.

“A indústria geralmente tem dado negativo porque as encomendas do Natal já foram cumpridas. O setor da construção passa pelo regime de chuvas, o setor de ensino também costuma demitir e a agropecuária está em entressafra”, disse.

Setores em recuperação

A indústria de transformação fechou 19,9 mil empregos com carteira assinada no ano passado. Apesar do dado negativo, o coordenador-geral de Estatísticas do Ministério do Trabalho ressaltou que já há setores em recuperação. Dos 12 setores industriais,

cinco já registraram crescimento de vagas no ano passado, disse o técnico. “Não é toda a indústria que segue demitindo”, disse.

Entre os segmentos, o subsetor industrial de alimentos terminou o ano passado com criação de 8,9 mil postos de trabalho, liderados pela indústria de açúcar e enlatados que reagem ao aumento do consumo nos supermercados.

Houve, ainda, contratação de 4,9 mil pessoas no setor de materiais de transporte, 2,7 mil novos postos na indústria têxtil, 1,8 mil no segmento farmacêutico e 1,2 mil empregos novos na indústria de material elétrico e comunicações.

Por outro lado, a indústria de minerais não metálicos, como cerâmica, gesso, revestimentos e vidro, cortou 14,7 mil empregos no ano passado e liderou o fechamento de vagas no setor industrial. Também destruíram postos de trabalho a indústria mecânica (-6 mil), metalurgia (-4,3 mil), papel e papelão (-6,2 mil) e calçados.

“O que está se recuperando são os setores ligados ao consumo, como alimentos e vestuário”, disse Magalhães. “Já os setores como metalúrgica e mecânica não se recuperaram porque o investimento ainda não retornou, tanto nas empresas como nas famílias”, disse.

Impacto do PIB

Magalhães citou estudo realizado pela área técnica do próprio Ministério que indica que, se confirmadas as previsões do mercado financeiro para o crescimento da economia, o Brasil poderia registrar a geração de até 1,8 milhão de novos empregos formais em 2018.

A estimativa leva em conta o comportamento histórico do mercado de trabalho e da atividade econômica. Segundo o estudo mencionado por Magalhães, o crescimento de cerca de 3% do PIB indica a criação entre 1,7 milhão a 1,8 milhão de vagas formais.

Se a economia conseguir crescer 3,5%, o potencial é de criação de até 2 milhões de empregos. Esse ritmo de crescimento – entre 3% e 3,5% – é citado por economistas como o cenário mais provável para o PIB neste ano.

Magalhães notou que essa não é uma previsão do Ministério do Trabalho. O número indica apenas o comportamento histórico do mercado de trabalho em relação ao crescimento da economia, explicou o técnico.

Intermitentes

O comércio do Nordeste tem sido um dos grandes entusiastas da nova forma de admissão de empregados através dos contratos intermitentes – quando não há carga horária mínima e o empregado atua apenas quando convocado.

Dados do Caged indicam que 33,4% de todos os trabalhadores contratados através do regime criado pela reforma trabalhista estão no Nordeste. Por ocupação, o cargo de assistente de vendas é, disparado, o mais contratado com 67,2% das novas vagas.

“O comércio do Nordeste tem grande participação nos contratos intermitentes”, disse Mário Magalhães. A nova forma de contratar passou a vigorar em 11 de novembro. Desde então, 5.641 empregos foram criados no regime intermitente. Desses, 1.886 foram nos Estados do Nordeste.

Ao apresentar os números, Magalhães citou que varejistas da região têm usado esse instrumento para contratação de mão de obra para reforçar o pessoal em eventos específicos, como a “Black Friday” e também nas vendas de fim de ano. Entre os Estados nordestinos, a Bahia teve 439 contratos intermitentes, Pernambuco abriu 316 postos e o Ceará registrou 312 vagas novas pelo regime intermitente.

Juntos, os Estados do Nordeste contrataram mais que São Paulo, a maior economia estadual, que registrou 1.561 empregos intermitentes ou 27,6% do total.

Por função, o posto de assistente de vendas teve 3.903 vagas intermitentes preenchidas no período ou 67,2% de todos os empregos criados nesse regime. Em seguida, aparecem servente de obras (114 empregos), garçom (87) e vigilante (86).

Acordos para terminar ações trabalhistas têm pico

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Editoria de Arte/Folhapress



Os empregadores pagaram R\$ 1,6 bilhão a ex-funcionários com quem fizeram acordos para encerrar litígios na Justiça do Trabalho de São Paulo em 2017, aponta o TRT-2 (tribunal da região).

A soma das quantias é 81% maior que a de 2016, e isso aconteceu porque os valores médios cresceram: o número de acertos foi parecido com o daquele ano.

O tribunal promoveu mutirões de conciliação de casos antigos, o que fez o total subir, afirma Caroline Marchi, do Machado Meyer.

"Grandes empresas, como montadoras e bancos, participaram desses mutirões."

Processos antigos poderão representar um desencaixe maior se não forem resolvidos logo, diz Antônio Carlos Frugis, do Demarest.

"Os empregadores tiveram interesse em fechar acordos relativos a casos parados porque há uma discussão na Justiça sobre qual deve ser o indicador de correção."

O total pago em acertos em 2017 deve ser o mais alto da história, diz Wilson Fernandes, presidente do TRT-2.

O número de acordos não deverá se alterar muito, mas os pedidos de indenização serão mais enxutos, afirma.

"A nova lei desestimula pleitos que o empregado considere difíceis de comprovar. Isso porque ele precisa pagar honorários de sucumbência relativos aos pontos do litígio que ele não ganhar."

A Justiça já observou essa queda dos valores de indenizações requeridos nas ações, que terá como consequência acordos de somas mais modestas, segundo Fernandes.

Apesar de a quantidade de processos ter caído desde a entrada em vigor da reforma da CLT, ela voltará a subir assim que os advogados entenderem como a Justiça interpretará as regras, afirma.

Incerteza com eleições deve impactar crescimento do Brasil, diz FMI

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Aly Song/Reuters



Diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, em reunião do G20 na China

Em novo relatório sobre a expectativa de crescimento do Brasil divulgado nesta quinta-feira (25), o FMI (Fundo Monetário Internacional) considera que o processo eleitoral do país deve pesar no desempenho da economia em 2018.

A incerteza sobre a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após sua condenação em segunda instância nesta quarta (24), não chegou a ser levada em conta na análise —mas é "um fator adicional".

"Um processo eleitoral com maior nível de conflito gera mais incerteza, obviamente", afirmou a jornalista o diretor do FMI Alejandro Werner, que comanda as análises para a América Latina.

Recentemente, o órgão elevou a expectativa de crescimento do Brasil, de 1,5% para 1,9% em 2018.

Werner afirma que a retomada de investimentos no país, somada à queda da inflação e dos juros, "surpreendeu" a equipe do FMI, e ajudou a melhorar a previsão de crescimento.

Ela é, porém, menos otimista que a de outros analistas, que preveem uma taxa de quase 3% —o que se dá exatamente pela incerteza do processo eleitoral.

Para o diretor do FMI, os investimentos no Brasil devem ser postergados ou reduzidos na expectativa do resultado das eleições, no final do ano —em especial, se os candidatos que liderarem as pesquisas não se comprometerem com agendas de ajuste fiscal e reformas como a da previdência e a tributária.

O diretor não chegou a mencionar especificamente o ex-presidente Lula, que atualmente se opõe à proposta da reforma da Previdência encampada pelo governo de Michel Temer (MDB).

Para o FMI, ajustes como a reforma previdenciária podem assegurar o crescimento da economia brasileira a taxas sustentáveis, especialmente se conseguirem controlar a dívida pública.

"Essa é uma agenda pendente muito, muito importante", afirmou Werner.

PREVIDÊNCIA

Sob forte oposição de setores da sociedade, a reforma da Previdência está sob impasse no Congresso. O governo Temer não tem os votos suficientes para aprová-la, e negocia com os partidos.

A expectativa do governo era aprová-la até fevereiro, o que atualmente é considerado difícil.

Para Werner, mais importante do que a rapidez da reforma é a sua qualidade.

"É mais importante que se faça bem do que se faça rápido", afirmou o diretor do FMI.

Segundo ele, o ajuste ajuda a sanear as finanças públicas do Brasil no médio prazo.

Um atraso de quatro ou cinco meses em sua aprovação, portanto, não seria tão relevante caso ela seja bem-feita e consiga controlar o deficit previdenciário.

No ano passado, o déficit da Previdência Social chegou ao recorde de R\$ 268 bilhões, segundo o governo.

Governo não considera alta de imposto no momento, diz Meirelles na Suíça

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Reprodução



Henrique Meirelles em entrevista à TV Bloomberg em Davos, na Suíça

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quinta-feira (25) que o governo não considera subir impostos neste momento. A declaração foi feita durante entrevista à TV Bloomberg em Davos, na Suíça, onde Meirelles participa do Fórum Econômico Mundial.

O governo precisa cumprir em 2018 a meta de um deficit de até R\$ 159 bilhões.

No final do ano passado, Meirelles chegou a dizer que o governo "sempre se pode aumentar impostos de outra área", quando comentava sobre a frustração de receita provocada pela não aprovação da tributação de fundos exclusivos no Congresso.

"Não consideramos subir tributos agora", disse Meirelles à Bloomberg. Ele previu que a arrecadação de impostos pelo governo pode "surpreender" em 2018, caso o crescimento econômico do Brasil seja mais acelerado.

"O crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] sendo maior que o esperado e considerando a correlação com arrecadação de impostos, que cresce mais que o PIB normalmente, significa que a arrecadação também vai surpreender". afirmou, ressaltando, porém, que o governo conta com a aprovação das reformas para controlar despesas.

O ministro disse que há uma maior compreensão no Congresso Nacional sobre os impactos da proposta de reforma da Previdência que o governo pretende aprovar em primeiro turno na Câmara dos Deputados no dia 19 de fevereiro.

"Nossas chances são muito melhores agora", destacou.

DÓLAR

Meirelles falou ainda que declarações sobre o comportamento do dólar influenciam a moeda por um período curto de tempo e minimizou o impacto de um real mais forte para as exportações e, por consequência, para o crescimento da economia brasileira.

A cotação atual "não é problemática", disse Meirelles, acrescentando que o Brasil não fixa "níveis para considerar como problemáticos" para a taxa de câmbio.

Meirelles foi indagado sobre a avaliação feita pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steve Mnuchin, que destacou na véspera os benefícios de um dólar fraco. Declarações como essa, afirmou o ministro, "influenciam a moeda, mas por um período curto".

"Eu não acho que apenas declarações deixarão a moeda em algum patamar. Isso tende a normalizar", afirmou. "O que vai influenciar o dólar no fim do dia são os fundamentos."

O fortalecimento do real "é um elemento importante, mas não o único" ao se avaliar as perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com Meirelles.

"O bom é que o consumo está crescendo e a economia brasileira é dirigida principalmente pelo mercado doméstico", afirmou.

Brasil ainda tem abertura incipiente ao mercado global

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os presidentes do Brasil e da Argentina dedicaram boa parte de seus discursos no Fórum Mundial de Davos a assegurar à plateia de empresários e investidores que seus países agora estão abertos ao comércio global. Mas para o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo, essa abertura é apenas incipiente, e as eleições no Brasil colocam uma incógnita sobre ela.

"O que ouço tanto do Brasil quanto da Argentina é que há disposição de interagir mais com a economia mundial, de estar mais integrado à economia mundial, seja importando ou exportando, e isso é uma boa notícia. Quanto a quão longe eles foram, acho que estamos nos estágios iniciais" respondeu ao ser indagado pela Folha sobre as apresentações de Michel Temer e Mauricio Macri.

Temer, que substituiu Dilma Rousseff após o impeachment em 2016, e Macri, que sucedeu Cristina Kirchner nas eleições de 2015, assumiram com agendas e discursos liberais, e estão promovendo reformas nesse sentido.

Ainda assim, tanto Brasil quanto Argentina são países historicamente fechados em termos de comércio global, independentemente de qual seja o governo: o protecionismo vem tanto dos políticos quanto, em muitos casos, da cultura empresarial local.

"Não sabemos ainda onde isso [a abertura] vai dar. Temos eleições vindo por aí no Brasil. Isso é uma incógnita em termos do rumo que as políticas tomarão, acho que o mundo está esperando para ver para onde o Brasil, a Argentina e a América do Sul estão indo, e acho cedo para saber que frutos colheremos dessa disposição política por maior abertura."

GUERRA COMERCIAL

Azevêdo falou do ímpeto protecionista crescente, mas disse que prognósticos para uma "guerra comercial", especialmente envolvendo os EUA, não se materializaram.

Mas isso não significa que tudo esteja bem. Ainda há pressão protecionista, é preciso ser vigilante. "Espero que possamos continuar em um caminho positivo – medidas restritivas sempre estiveram aí, essas coisas vão continuar existindo, mas é totalmente diferente de tomar a estrada unilateral, esquecer o que você combinou com os demais" afirmou, ao ser indagado sobre os EUA.

O brasileiro disse ainda que não conseguiu avançar em um diálogo com os EUA para resolver um impasse no corpo de apelação da OMC, que arbitra disputas comerciais entre países. Das sete vagas, apenas quatro estão preenchidas, e mais uma deve ficar vazia com uma aposentadoria iminente. E a demanda cresce.

"Se continuarmos assim o sistema será prejudicado, porque não teremos membros o suficiente no corpo de apelação para lidar os apelos que estarão entrando."

Confiança da construção indica em janeiro retomada do emprego, diz FGV

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



A confiança da construção brasileira iniciou 2018 no nível mais alto em dois anos, indicando retomada da atividade e do emprego, informou a FGV (Fundação Getúlio Vargas) nesta sexta-feira (26).

O ICST (Índice de Confiança da Construção) do país teve alta de 1,5 ponto em janeiro e chegou a 82,6 pontos, maior patamar desde janeiro de 2015, quando foi a 85,4 pontos.

"A alta da confiança dos empresários da construção pode ser vista como uma promissora indicação do desempenho setorial nos próximos meses. Ela traz indícios, por exemplo, de retomada da atividade nos últimos meses", disse a coordenadora de projetos da construção da FGV/IBRE, Ana Maria Castelo, em nota.

A principal influência para o resultado do mês de janeiro foi a perspectiva de curto prazo, com o índice de expectativas avançando 3,3 pontos, para 95,9 pontos.

Por outro lado, o índice da situação atual recuou 0,2 ponto em janeiro após sete altas seguidas e foi a 69,9 pontos.

O setor da construção civil tem demonstrado mais dificuldade na retomada da criação de vagas quando comparado a outros setores, mas vem dando alguns sinais positivos.

Dados do [Caged](#) (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados também nesta sexta mostram que a construção civil fechou o ano com um saldo negativo de vagas de 103,9 mil, enquanto comércio ficou no azul com 40,1 mil vagas criadas e o setor de serviços, com quase 37 mil.

A FGV destacou ainda que a proporção de empresas que relataram redução do número de funcionários nos meses seguintes caiu para 18,8% em janeiro, contra 26,2% em dezembro, enquanto as que projetam aumento das vagas correspondiam a 18,3%, ante 14,2% em dezembro.

"Por ser um setor tão intensivo em mão de obra, este é um sinal inequívoco de melhora do ambiente de negócios das empresas", afirmou Castelo.

O nível de utilização da capacidade do setor registrou avanço de 2,2 pontos percentuais, para 66,2%.

Em nota separada, a FGV informou ainda que o Índice Nacional de Custos da Construção acelerou a alta a 0,28% em janeiro, ante 0,14% em dezembro.

Argentina antecipa multa das montadoras brasileiras

26/01/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O acordo bilateral entre Brasil e Argentina para exportação e importação de automóveis gera novo impasse. Na segunda (22), o governo argentino publicou uma resolução definindo regras para cobrar multas de companhias que desrespeitarem as cotas previstas no acordo.

O governo argentino, em várias ocasiões, já ameaçou multar as montadoras que descumprissem as cotas. A medida, porém, nunca foi efetivada —até agora.

O regime especial de vendas de veículos e peças entre os dois países, também chamado de "flex", prevê que, para cada US\$ 1,5 que o Brasil exporta à Argentina em autopeças e veículos, sem incidência de impostos, US\$ 1 deve ser importado em produtos argentinos. O objetivo é manter o equilíbrio comercial entre os dois países.

Nos últimos dois anos, no entanto, as vendas de montadoras brasileiras para a Argentina têm sido maiores. Parte da melhora do setor no Brasil em 2017, quando a produção de veículos cresceu 25,2%, foi atribuída a essas exportações. Isoladas, as vendas ao exterior cresceram 46,5% no ano passado, um recorde do setor.

As vendas para o Brasil, porém, caíram a tanto que algumas montadoras chegaram a interromper temporariamente a produção argentina.

Pela regra, a multa pelo descompasso seria aplicada ao final do acordo, em 2020. A resolução desta semana, porém, define o pagamento de uma espécie de garantia dessa multa futura, um "cheque-caução".

Ela é calculada sobre a diferença comercial entre o que entrou e saiu dos países de julho de 2015 a julho de 2017.

As exportações de veículos e peças automotivas do Brasil para o país vizinho cresceram 41,33% entre 2016 e 2017, chegando a US\$ 8,7 bilhões. No mesmo período, as importações a partir da Argentina foram menores, de 12,07%.

Algumas das principais empresas do setor automotivo temem que o descumprimento do acordo atrapalhe as negociações dos dois países com a União Europeia.

"Se não respeitamos as regras estabelecidas com nosso parceiro comercial, como podemos dizer que respeitaremos novos acordos?", diz um executivo do setor.

CAMINHOS ALTERNATIVOS

Devido ao ciclo de renovação de produtos, algumas marcas que produzem na Argentina estão com poucas opções para exportação em grande volume.

Hoje, o grupo PSA exporta os modelos Peugeot 208 e 2008, além dos Citroën C3 e Aircross. Os carros argentinos que vêm ao Brasil são os modelos 308, 408 e C4 Pallas, de menor procura no mercado.

A Renault teve um modelo argentino descontinuado em 2017, o sedã Fluence, que era exportado para o Brasil.

Representantes do grupo FCA Fiat Chrysler, que chegou a suspender a produção argentina em alguns períodos devido ao estoque elevado de carros no Brasil durante os anos de queda nas vendas, confiam em que um novo produto será suficiente para evitar as multas.

A montadora iniciou a produção do sedã Cronos em Córdoba, com a expectativa de obter grandes volumes de venda no Brasil e reequilibrar a balança comercial.

Na Toyota, a preocupação maior é com os rumos do acordo comercial.

"A princípio, não nos afetam, temos superavit no lado argentino. Mas somos a favor de livre comércio, e esse tipo de medida não ajuda a construir uma maior integração no Mercosul", diz Ricardo Bastos, diretor de relações institucionais da Toyota e vice-presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Mercedes traz E 300 Cabriolet ao Brasil

26/01/2018 – Fonte: Automotive Business



A **Mercedes** começa a vender no Brasil o modelo **E 300 Cabriolet**. O conversível de quatro lugares é importado da Alemanha, tem preço sugerido de R\$ 413,9 mil e vem equipado com motor 2.0 de quatro cilindros em linha, 245 cavalos e câmbio automático de nove marchas.

A capota tem acionamento automático e abre ou fecha em 20 segundos com o carro trafegando a 50 km/h. Segundo a Mercedes, seu tecido tem várias camadas e é capaz de reduzir os ruídos do vento e do movimento, mesmo em alta velocidade, e também garante bom isolamento térmico.

O ar-condicionado foi desenvolvido para conversíveis e controla automaticamente a temperatura conforme a posição da capota. A capacidade do porta-malas passa de 310 para 385 litros quando a capota está em uso.

Os faróis do E 300 Cabriolet usam LEDs e recebem controle de distribuição de luz que impede o ofuscamento de quem vem em sentido contrário.

O interior do carro combina azul e bege e seu sistema multimídia inclui comando por voz. No console central há uma superfície capaz de reconhecer letras e números rabiscados com a ponta do dedo.

Também existem teclas de acesso direto que podem acionar, por exemplo, ativar e desativar alguns dos sistemas de assistência ao motorista. Os bancos dos quatro ocupantes trazem apoios laterais, apoios de cabeça integrados e extensores automáticos para os cintos dianteiros de segurança.

O E 300 Cabriolet acelera de zero a 100 km/h em 6,6 segundos e tem velocidade máxima limitada em 250 km/h.

VW Truck & Bus comemora alta de 12% em 2017

26/01/2018 – Fonte: Automotive Business



A **VW Truck & Bus** vendeu cerca de 206 mil veículos de suas marcas MAN, Scania e Volkswagen Caminhões e Ônibus no ano fiscal de 2017, registrando **alta de 12%** sobre o ano anterior. Todas as três marcas conseguiram ampliar seus negócios.

As vendas da MAN Truck & Bus aumentaram 8% em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a 90 mil veículos. A Scania atingiu 90,8 mil caminhões e ônibus, um aumento de 12%.

A VW Caminhões e Ônibus vendeu 25,9 mil unidades, um aumento considerável de 27%. O crescimento foi impulsionado sobretudo pelas exportações, mas também pela pequena melhora no mercado brasileiro.

O negócio de caminhões do grupo alcançou 183,5 mil unidades, 11% acima do volume de 2016. As vendas na América do Sul atingiram 29,6 mil veículos, acréscimo de 30%. A VW destaca o bom momento da Argentina como resultado de reformas e da ajuda do governo ao setor agrícola.

A queda das taxas de inflação da Rússia, a renovação da frota local e os sinais de recuperação mostrados pela economia resultaram em um aumento significativo nas vendas. E como ocorre para os automóveis do Grupo VW, a China favoreceu o aumento no volume para a Ásia-Pacífico. O ano de 2017 também favoreceu a venda de ônibus, com um total de 19,2 mil unidades e alta de 8% sobre 2016.